

Da Descolonização ao Pós-colonialismo: perspetivas pluridisciplinares

UNI VERSI DADE DO PORTO
11-13 NOVEMBRO 2015



U. PORTO

FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DO PORTO



ces

Centro de Estudos Sociais
Laboratório Associado
Universidade de Coimbra



CIEE

CENTRO DE INVESTIGAÇÃO
e
INTERVENÇÃO EDUCATIVAS

TÍTULO

Da Descolonização ao Pós-colonialismo:
perspetivas pluridisciplinares

DESIGN DA CAPA

Marta Silva

DESIGN EDITORIAL

Serviço de Comunicação e Imagem
– Faculdade de Psicologia e de Ciências
da Educação da Universidade do Porto

ISBN

978-989-97744-8-3

* A apresentação profissional e institucional de cada autor
reporta-se ao momento em que cada texto foi submetido
pelo que pode estar desatualizada.

PORTO, 2019



COORDENAÇÃO GERAL

Manuel Loff

Ana Sofia Ferreira

João Caramelo

COORDENAÇÃO CIENTÍFICA

Alice Samara

Álvaro Curia

Ana Sofia Ferreira

Anne-Laure Bonvalot

Bruno Sena Martins

Carla Prado

Dalila Coelho

Isabel Menezes

João Caramelo

Luciana Soutelo

Manuel Loff

Marcos Cardão

Maria Paula Meneses

Marta Silva

Miguel Cardina

Sandro Campos

Índice

Apresentação	7
 Capítulo I — Educação, Pós-colonialismo e Globalização	
Amor à Terra ALCIONE NAWROSKI	13
Educação para as relações étnico-raciais na formação inicial de professores ALEXANDRE PAULO LORO	27
Racismo e Preconceito na escola: a intervenção da educação física na desconstrução do mito da superioridade racial ALEXANDRE PAULO LORO E EUGENIA PORTELA DE SIQUEIRA MARQUES	39
O que nos dizem os livros quando os fazemos falar? ALEXANDRE FONSECA	57
O Ensino da História da África e Cultura Afro-brasileira e a Abordagem do Ciclo de Políticas CARMEN REGINA TEIXEIRA GONÇALVES	77
 Capítulo II — Negociação de identidades nacionais em contextos pós-coloniais	
Pobreza y género: dos de las invenciones más condicionantes de África. BEGOÑA DORRONSORO	89
Identidades sinomusulmanas: miradas decoloniales a los conflictos étnico-religiosos CHIARA OLIVIERI	109
Estímulos e desafios da “Moçambicanidade”: breve análise sobre processos de construção da identidade nacional e cultural em Moçambique FABRÍCIO DIAS DA ROCHA	129
Alteridade Européia: Karl Marx e Max Weber na Construção do conceito de sujeito e coletividade nas Ciências Sociais JOÃO DANTAS DOS ANJOS NETO E SANDRA REGINA MARTINS CALDAS	145
O fantasma do ‘inimigo’ na construção do projeto identitário em Moçambique. MARIA PAULA MENEZES	159

Capítulo III — Processos políticos e económicos da descolonização

- A mão estendida da América e a rejeição de Salazar.**
ANABELA SILVEIRA 181
- O problema colonial no pensamento de António Sérgio.**
LAURINDO MEKIE PEREIRA 203
- O Hamas e o processo de descolonização Palestiniano.**
PAULO BARATA 223
- Sierra Leone and the process of decolonization:
from the British dominance to the armed conflict**
MAURÍCIO VIEIRA 237

Capítulo IV — Refluxos) demográficos e processos pós-coloniais de recomposição social

- Da saída dos portugueses de Angola
ao fenómeno do desretorno dos binacionais.**
CAROLINA PEIXOTO 255
- O Estado da Nação — o impacto do retorno de África.**
FÁTIMA LOUREIRO DE MATOS E SANDRA MELO 273

Capítulo V — Usos do passado colonial e pós-colonial: memória(s) e representações dos conflitos e das transições

- A questão onomástica entre índios e jesuítas
no processo catequético e o rumo das missões
na contemporaneidade**
GUILHERME LIMA CARDOZO 295
- A esconjuração da escultura pública
portuguesa no contexto pós-colonial**
RICARDO J. R. MENDONÇA 315

Estímulos e desafios da “Moçambicanidade”: breve análise sobre processos de construção da identidade nacional e cultural em Moçambique

Fabício Dias da Rocha¹

Universidade de Coimbra

Resumo

Por meio de um exame crítico dos processos sócio-históricos e políticos de construção de uma identidade nacional em Moçambique na era colonial (Portugalidade) e no período Pós-colonial (Moçambicanidade), neste artigo procuro dialogar conceitualmente sobre os possíveis elementos processuais que conformam e, ao mesmo tempo, legitimam ou não a ideia de “Moçambicanidade” e identidade nacional moçambicana na atualidade. Por intermédio de importantes estudos de teóricos Moçambicanos e não Moçambicanos sobre o tema, como Teresa Cruz e Silva, Maria Paula Meneses, Carlos Serra, Aurélio Rocha, Francisco Noa, Michel Cahen, Augusto Nascimento dentre outros, este texto tem como objetivo refletir sobre algumas das etapas e meios de edificação da identidade nacional Moçambicana no século XX. Por fim, pretendo também problematizar este epítome de pertença sociocultural pela tentativa de (des)construção do que seria o nacional moçambicano através da observação situacional das experiências de minorias “não-negras” no país.

Palavras: Moçambicanidade; Identidade nacional e cultural; Minorias não-negras

¹ Antropólogo e Doutorando em Pós-colonialismos e Cidadania Global no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, CES-Coimbra com bolsa financiada pela Fundação para Ciência e Tecnologia — FCT.

Introdução

Primeiramente faz-se necessário salientar que falar sobre a constituição de identidades ou de processos identitários, sejam de países ou de grupos culturais heterogêneos, é sempre um terreno movediço, visto que a identidade social, seja ela nacional e/ou cultural, não é derivada de um único evento preciso no tempo orientado por meio de uma via de mão única na história, e muito menos como sucedânea imediata de algum paradigma existencial outrora existente, mas composta por interseções de episódios, condução de registos factuais muitas vezes não coevos entre si, que contribuem na elucidação da análise da identidade dando pistas a respeito de sua composição.

A partir da minha própria experiência vivencial em Moçambique, materializada pelo trabalho de campo, nomeadamente na cidade de Maputo (região sul do país) e no distrito de Tete (região centro oeste), por meio de entrevistas formais e informais com pessoas enquadradas como sujeitos da pesquisa [e não somente] — as quais serão o objeto de análise em texto ulterior, mas que resultaram em parte na redação deste trabalho investigativo, — procuro colaborar com o labor que vem sendo realizado neste campo de estudo de modo a descrever quais os processos que conformam as potências e, ao mesmo tempo, as políticas produtoras da identidade nacional moçambicana (derivadas de matrizes internas e externas) e quais os postulados que baseiam a assunção destas prerrogativas analíticas.

Assim, por meio do estudo de processos histórico-sociais, e de uma análise etno-histórica da participação de minorias “não-negras” nos eventos que culminaram na formação do Estado Nacional Moçambicano, o objetivo maior deste ensaio incide sobre a reflexão de como estes eventos foram não apenas determinantes no processo de composição da identidade nacional moçambicana, sobretudo como relações sociais no período colonial moderno que — balizadas pela manutenção, mas também por discontinuidades das trocas culturais contidas nesse intervalo temporal, — jogaram um importante papel no desenrolar das aquiescências de padrões identitários na pós-colonialidade. Para isso, lanço mão de estudiosos moçambicanos e não-moçambicanos sobre o assunto como forma de refletir sobre conceitos, eventos e as complexidades inerentes à constituição de paradigmas identitários.

Destarte, é possível afirmar que não só a moçambicanidade, mas qualquer outra forma de expressão identitária local ou nacional assente em macro-narrativas, estará sujeita ao escrutínio investigativo decorrente da análise crítica dos processos históricos e da auscultação das suas micronarrativas subjacentes. Seja derivada de uma tentativa de projeto político de nação ou do resultado de interseções histórico-culturais de “longa duração” para entender não somente o período colonial, mas a atualidade moçambicana (Meneses, 2010: 32), o importante na análise em questão não é a desconstrução da narrativa identitária per se, mas a possibilidade de se conhecer outras experiências vivenciais que aspiram por tornarem-se parte integrante de um todo identitário.

O “devir” identitário

A trajetória dos diferentes processos sociais ao longo da história recente de Moçambique (Regime colonial, transição para independência, criação do Estado de partido único, fim da centralização do Estado, abertura económica, etc.) é o fator fundamental para a constituição das identidades individuais e coletivas no modelo de Nação moçambicana atual. Todavia, afirmo não ser possível especular sobre a totalidade de características, realidades e paisagens que cobre toda a extensão daquele imenso território sem correr o risco de generalizá-las.

Contudo, ao se fazer uma análise das contingências económicas e sociopolíticas, aliada à apreciação investigativa dos fenómenos históricos e de um tipo de investigação antropológica in loco por meio de uma metodologia que conjugue a observação participante com a formalidade da investigação arquivológica, é possível inferir que as condicionalidades socioeconómicas e materiais interferem intimamente no processo de constituição das identidades dos indivíduos de determinado território por mais extenso e diverso que seja, nesse caso o moçambicano, mas sem torná-las estáticas ou hirtas.

Sendo assim, um aspeto que é de suma importância para se aferir sobre a multiplicidade de configurações histórico-culturais e psicossociais que conformam a identidade e os processos de identificação moçambicana é sem dúvida a problemática da transversalidade das identidades nacionais. Ora, ao se refletir sobre esse dado concreto na realidade moçambicana, será possível também pensar sobre o que são os possíveis alicerces basilares daquilo que se pode chamar o *modus operandi* e o *modus vivendi* moçambicano, ou os elementos constitutivos de uma moçambicanidade. Entretanto, como foi sublinhado anteriormente, é preciso ter-se uma consciência acautelar a respeito de qualquer aferição brusca sobre totalidades essenciais no sentido de poder torná-las quase imutáveis (Macamo, 1998: 36; Serra, 2003: 55). Isso significa dizer que, por um lado a ideia de nação ou de povo não é nem mais nem menos que um acúmulo de experiências coletivas,

de vivências, de práticas sociais, de hábitos de vida e de costumes mais ou menos análogos de grande parte dos membros de um determinado território com fronteiras supostamente definidas. E como expõe Stuart Hall:

As culturas nacionais, ao produzir sentidos sobre “a nação”, sentidos com os quais podemos nos identificar, constroem identidades. Esses sentidos estão contidos nas histórias que são contadas sobre a nação, memórias que conectam seu presente com seu passado e imagens que dela são construídas (Hall, 1997: 55).

Para Boaventura de Sousa Santos (1997) as identidades não são de todo entes fixos ou invariáveis, mas sim consequências momentâneas e efêmeras de processos de identificação. Assim, Santos assegura que,

[...] mesmo as identidades aparentemente mais sólidas, como a de mulher, homem, país africano, país latino americano ou país europeu, escondem negociações de sentido, jogos de polissemia, choques de temporalidade em constante processo de transformação, responsáveis em última instância pela sucessão de configurações hermenêuticas que de época para época dão corpo e vida a tais identidades (Santos, 1997: 135).

Dessa forma, em termos de apreciação do conceito, sendo a identidade um “devir” que depende de variáveis externas para “tornar-se”, e ainda de casualidades aleatórias mas sobretudo do “outro” que representa a alteridade, então, do mesmo modo, é lícito afirmar que a identidade nacional apenas o é aquando das condicionalidades relativas a uma possibilidade de ameaça real ou simbólica de um “outro” no que diz respeito às contingências relativas aos factos que põem em xeque o estatuto representativo de lugar do sujeito, nesse caso, a nação.

Para Anthony Smith uma dada população que reparte um território histórico, mitos e memórias comuns, uma cultura pública de massas, se constitui em uma das principais fontes de identidade cultural e nacional (Smith, 1997: 28). Tais culturas públicas nacionais ao conceberem sentidos sobre a nação, na visão de Stuart Hall, são passíveis de identificação e de construção de identidades (Hall, 1997: 55). Segundo Smith, a nação transporta princípios de outros modelos de identidade coletiva, o que explica não só o modo pelo qual a identidade nacional pode ser associada a outros tipos de identidade (de classe, étnica, religiosa), mas também às ideologias (liberalismo, fascismo, etc.) (Smith, 1997: 28).

Tendo por base a premissa da identidade coletiva, é legítimo afirmar que a identidade (nacional) e mesmo a etnicidade partem de igual princípio, ou seja, de ter nos ditames da alteridade o seu processo fundacional. Destarte, é por meio da inter-relação com seu “dissemelhante” que se processa também a construção de

uma identidade nacional. Por sua vez, a língua, enquanto instrumento cognitivo responsável pelas etapas dos processos de identificação, é outro elemento importante para a constituição de identidade, inclusive coletiva. Como Explica Stuart Hall:

A língua é um sistema social e não um sistema individual. Ela pré-existe a nós [...]. Não podemos, em qualquer sentido simples ser seus autores. Falar uma língua não significa apenas expressar nossos pensamentos mais interiores e originais; significa também ativar a imensa gama de significados que já estão embutidos em nossa língua e em nossos sistemas culturais (Hall, 1997: 44).

Curiosamente, vale destacar que nos dois locais escolhidos para realizar meu trabalho de campo em Moçambique², em entrevistas efetuadas com os sujeitos da pesquisa, perguntei a alguns de meus entrevistados se os mesmos podiam se comunicar em algumas das línguas moçambicanas que não o Português, a língua oficial e, para muitos, a materna. Com efeito, poucos detinham conhecimento suficiente para se expressar, por exemplo, em xiChangana, xiRonga ou Nyungue, ou em outra língua qualquer dentre as 21 contabilizadas no território moçambicano. É facto que a língua parece ser um agente importante na constituição de uma identidade nacional, contudo, a meu ver, o reconhecimento e o respeito a diversidade linguística (e não só) dentro de um território nacional constitui-se como símbolo ainda maior de unificação nacional.

Do mesmo modo, a ideia de etnicidade, pressupondo-se uma identidade social mais alargada, é relacional, e da mesma forma construída por meio da confrontação e da diferenciação em relação ao outro. Geralmente essa confrontação está relacionada a um jogo de dominação e submissão, onde um grupo por determinadas razões inerentes às suas características culturais e políticas pretende se sobrepor ao outro. Porém, vale lembrar que historicamente o termo fundante da etnicidade constituiu-se sobre uma normatividade colonial, logo, racializada e pejorativa. Portanto,

sejam quais forem as concepções do termo, existe uma matriz em toda a concepção de etnicidade: a que reenvia para a alteridade negativamente avaliada. Por outras palavras, “Eles” não são apenas diferentes, mas inferiores (Serra, 2003: 64).

Dessa forma, e parafraseando Carlos Serra (2003), a diferença entre etnia e nação se apresenta apenas no potencial de intensidade, pois “ambas partem da mesma antinomia fundamental e não são o território, a língua ou o Estado que as tornam, uma menos nacional e outra menos étnica” (Serra, 2003: 73).

² Trabalho de terreno realizado entre novembro de 2013 a maio de 2014 e financiado pela Fundação para Ciência e Tecnologia de Portugal — FCT.

Sendo assim, em conformidade com alguns teóricos que refletem sobre a identidade, reitero a máxima de que a identidade, e nesse caso a identidade nacional, não é um dado acabado, mas sim um processo em construção e reconstrução (Meneses, 2013; Serra, 1998; Santos, 2010). E por mais autónoma que ela possa parecer, a identidade social não preexiste à relação, é construída na relação (Serra, 1998: 10).

A identidade como projeto de nação: algumas noções sobre caso moçambicano.

Não obstante o processo de hibridação cultural decorrente da relação complexa e ambivalente entre o colono e o colonizado e dos efeitos discriminatórios da identidade que esse encontro colonial produz, (Bhabha, 2004:159), a identidade nacional da mesma forma pode ser o resultado de um projeto imperialista de nação que, colocado em prática por meio da relação desigual de forças e interesses sobre uma dada população, pode vir a constituir uma situação traumática àqueles que por infortúnio das precárias condições de regeneração dos laços socioculturais, ou mesmo da insuficiente reconstituição dos aparatos bélicos, sofreram as consequências de um processo de descaracterização cultural e identitária recorrente nos paradigmas coloniais e neocoloniais.

Neste sentido, é imperioso ressaltar que o projeto de nação proposto pelo colonialismo Português em Moçambique no século XX tinha como objetivo a constituição da grande pátria lusitana, onde as narrativas de pertença edificadas à época e ecoadas pelos colonos tinham como sustentáculo o projeto ideológico e imperial da Portugalidade. A reordenação e gestão das instâncias económicas e políticas em todo território moçambicano pela administração colonial, gerou desequilíbrios de cunho social e identitário que afetaram ativa e politicamente o modo como se pensava até então a diversidade de relações vigentes entre a colónia e a metrópole e entre os agentes sociais que constituíam esses diferentes mundos cognitivos.

Para Portugal o seu passado relacional com as colónias africanas e destas com outros “mundos” e outras perspetivas de e sobre o cosmo, passou a não mais lhe interessar como uma unidade de eventos autónomos e recíprocos. Esta postura significou para as colónias, em especial para Moçambique, que a lógica cartesiana do desenvolvimento civilizacional europeu era a única possibilidade para se chegar ao conceito tão incerto e desmedido como é o de “evolução”. Esse tipo de pensamento doutrinário estava expresso não só nas ações políticas da época, mas na escrita literária colonial onde, como afirma Francisco Noa (2002: 63), procurava exaltar os princípios e ideais do colonizador “por um tipo de mensagem que expressamente vangloria a ação individual de um povo que se julga no direito de ‘salvar’ o outro”.

O conceito de evolução aliado ao motor da “(de)eficiência” económica-produtiva imperialista deteriorou ainda mais as relações de convivência no seio da sociedade moçambicana colonial. Teresa Cruz e Silva assevera que ao mesmo tempo que buscava-se “construir” contraditoriamente a grande nação portuguesa “multirracial” e “pluricontinental”, este ideal propiciou o aumento progressivo da desigualdade “criando fronteiras artificiais entre a população nativa através de uma divisão entre assimilados e indígenas e da legalização de uma educação separada entre cidadãos e indígenas” (Cruz e Silva, 2013: 89).

Neste sentido, afirmo que ao negar estas experiências e outras possibilidades, e ao rejeitar um passado de múltiplas trocas, vivências e experiências de relações entre o Estado português e os diferentes Estados e povos da África e do Índico, ao impor padrões culturais e o ensino e aprendizado em uma única língua, o português — a favor de uma racionalidade assente na gramática de uma suposta hegemonia cognitiva e racial, — a administração colonial da república portuguesa, e posteriormente a gestão do Estado Novo, precipitou as revoltas sociais que marcaram a primeira metade do século XX em Moçambique, gerando insurreições de toda sorte, mas com destaque para as de caráter nativista e nacionalista.

Cabe mencionar que o período nativista decorreu de uma intensa atividade política na colónia, onde vários grêmios de trabalhadores e associações culturais foram criados. Nestas associações, a esmagadora maioria dos trabalhadores associados eram brancos e mestiços, e como grupo mais abastado, representavam e defendiam os interesses da classe de trabalhadores colonos brancos e absorviam um tipo de nacionalismo marcadamente português republicano e de padrões assinaladamente eurocêntricos. Os poucos trabalhadores africanos negros que se encontravam nestes espaços eram distinguidos pelos baixos salários e estavam relegados a lugares onde dispunham de pouco contato com o restante do operariado (Rocha, 2006).

Apesar da lacuna inicial, no tocante às composições sindicais de operários não incluírem ou incluírem poucos trabalhadores negros, outras formas de organização tiveram a primazia de abranger setores advindos da maioria da população, como os grêmios literários, associações estudantis, recreativas e religiosas. No entanto, a insatisfação com as políticas coloniais, inclusive entre os cidadãos mais abastados, foi determinante para a criação de importantes associações em Moçambique de caráter nativista, com destaque para o Grémio Africano de Lourenço Marques em 1908, a Liga Africana em 1910³, o Partido Nativista em 1920⁴, dentre

3 De acordo com José Moreira (2000, p. 443), em 1923 a Liga Africana patrocinou a 2.ª parte do Congresso Pan-Africano realizado em Lisboa, onde seus delegados estiveram presente, assim como seu presidente na época, João Albasini. Esta associação mudou de nome em 1920 para se chamar Associação Africana da Colónia de Moçambique.

4 O Partido Nativista criado em Lourenço Marques entrou em atividade aquando decorriam as eleições legislativas em 1920/21 e este, segundo Aurélio Rocha (2006, p. 91) “era tão somente a face política do Grémio Africano de Lourenço Marques, que se apresentou às eleições com candidatos próprios”.

outros. Tais agremiações tinham como intuito dar voz a essas insatisfações e anseios e também valorizar os aspetos regionais da colónia.

Esta marcha de contestação contra a administração colonial por um segmento da população derivada de várias matrizes e matizes étnico-culturais, mas nascidos em Moçambique, os chamados “filhos da terra⁵”, ficou assim conhecida como movimento nativista. No entanto, é importante enfatizar que este movimento significou, num primeiro momento, uma reação aos ataques sofridos pelas comunidades culturais desses grupos no sentido da perda de privilégios da pequena burguesia moçambicana, conquistados no século anterior pelas trocas comerciais com os portugueses e com povos mercadores de outras nacionalidades, principalmente asiáticas.

Com efeito, assim percebe-se que algumas das causas para a gradual hostilidade dessa elite para com a administração colonial deu-se devido à perda de direitos e do recorrente escrutínio social que passaram a suportar. Mas seria um erro limitá-los apenas a essas razões com o passar dos anos.

Entretanto, é mister perceber que uma certa instrumentalização desse esclarecido grupo de nativos, enquanto intermediários entre colonizadores brancos e colonizados “indígenas”, ora realizada pelas autoridades coloniais ora pela comunidade branca colona, ajudou na auto-perceção de uma diferenciação racial presente na colónia por parte desta comunidade considerada como os “filhos da terra”. Nesta lógica, o Grémio Africano de Lourenço Marques (GALM) teve primazia na defesa dos interesses de um grupo, mas buscava falar por todos. Assim, reforçando a origem do Grémio Africano, Olga Neves (1989:110) explica que foi uma associação de personalidades, composta em sua maioria pela elite mestiça, negra e branca de Lourenço Marques, tendo como lema fundamental a promoção da educação dos indígenas, e inserido numa bandeira maior que os seus associados chamavam de a “causa africana”.

Tendo o período nativista e protonacionalista em Moçambique abarcado as primeiras décadas do século XX, o desdobrar de suas ações políticas encontrará um eco ruidoso a partir de 1951 no que diz respeito a constituição das primeiras organizações estudantis de carácter nacionalista, a exemplo do NESAM⁶. Destas agremiações saíram alguns dos líderes dos principais movimentos da luta anticolonial na década de 60.

5 De acordo com o historiador Alexandre Lobato, os “filhos da terra” eram em geral as elites mestiças que, até 1890, eram recenseados como brancos de Moçambique. Estas elites se autodenominavam assim em oposição aos novos colonos que chegavam (Lobato, 1970).

6 Núcleo de Estudantes Secundários Africanos de Moçambique: correspondeu ao importante grémio estudantil fundado por Mondlane em Lourenço Marques (atual Maputo) em 1949, de onde saíram também relevantes figuras políticas que contribuíram para ampliação de uma consciência nacionalista no país (e outras figuras ilustres no cenário político recente como os ex-presidentes Joaquim Chissano e Armando Guebuza), consciência essa fundamental para a criação dos primeiros movimentos de independência de Moçambique (Casimiro, 1979; Neves, 2008).

A importância do período nativista e protonacionalista para se pensar a seara identitária em Moçambique na primeira metade do século XX é tão vasta que seria necessário se fazer um estudo historiográfico próprio deste intervalo de tempo que vai de 1910 até a década de 1950⁷.

Não obstante a relevância do intervalo temporal supracitado como gerador de capital humano e simbólico para constituição dos movimentos nacionalistas que surgiram a seguir, é importante lembrar que na década de 1960, Eduardo Mondlane afirmava que Moçambique como país era uma criação portuguesa, mas que a vivência análoga de opressão e dominação dos africanos levaria ao despertar duma identidade nacional moçambicana (*apud* Macamo, 1998: 36). Por sua vez, o próprio Mondlane declarava que o nacionalismo Moçambicano, como todo nacionalismo africano, havia nascido da experiência do colonialismo europeu; explicando ainda que a origem de uma comunidade territorial foi consequência direta da dominação colonial e que tal comunidade esteve assentada na experiência da discriminação, do trabalho forçado e noutros aspetos da exploração colonial (Mondlane, 1995: 87). Já Severino Ngoenha explica que, em termos históricos, o projeto político da identidade nacional moçambicana é singular, por que como Portugal nasceu da rejeição em ser uma província espanhola, o projeto político moçambicano nasce da negação dos seus cidadãos em continuar sendo uma província de Portugal (Ngoenha, 1998: 20).

Isso significa dizer que para além da forma como se procede historicamente esses processos de reinvenção social, é preciso levar em conta também o conteúdo desses sistemas de transformação, no sentido de que, não só os factos sociais merecem importância, mas também seus agentes de mudança. No período da pós-colónia, quando Ngoenha fala que a “identidade Moçambicana é uma herança que herdamos da coragem de homens e mulheres que lutaram [...] pela nossa soberania e liberdade” (Ngoenha, 1998: 17), estamos falando exatamente de quais pessoas? E quais foram suas formas de resistência e de sucumbência?

Mais, se a identidade moçambicana resulta da criação de uma nação moçambicana significando, de acordo com Ngoenha (1998: 18), o ponto de chegada de uma processo de busca de liberdade do negro no país, questiono, do mesmo modo, como encontra-se a situação dos cidadãos não negros que “decidiram permanecer” no país após a independência e ajudaram nesta criação da nação? Como estes sujeitos vêm sendo englobados no discurso da identidade nacional moçambicana durante os últimos 40 anos? Por fim, o élan explicativo a essas questões deve ter por base uma cartografia dos processos históricos, sociais e identitários desde o tempo colonial, mas sobretudo um exame cuidadoso da conjugação desses eventos no Moçambique independente e enquanto paradigma pós-colonial.

7 Para um estudo mais aprofundado a respeito do período Nativista e Protonacionalista consultar as obras de Aurélio Rocha (2006), Isabel Casimiro (1979) e Olga Neves (1989; 2008).

Da diversidade cultural da colônia de povoamento à conformação de identidades pós-coloniais.

A despeito da população europeia ser diminuta em Moçambique no período colonial, para Maria Paula Meneses o que evidenciava o colonialismo de povoamento era basicamente a conjugação entre as autoridades coloniais que incorporavam o aparato administrativo, dentre estas alguns militares e missionários, as populações indígenas, os colonos europeus ou com ascendência europeia, e outros indivíduos asiáticos, como os indianos e chineses (Meneses, 2010: 80). Deste modo, em termos numéricos Joana Pereira Leite explica que entre 1894 e 1928 o aumento e a concentração de indianos nesse período (em torno de 13 vezes) chega a ser comparada com o crescimento populacional de europeus na colônia que era de 15 vezes (Leite, 2012: 32). Todos esses extratos populacionais sofreram um incremento notável na virada para século XX até os anos 70, principalmente pelo grande afluxo de pessoas da metrópole para as colônias (Meneses, 2010). Desse modo, apesar da “fuga” de grande parte dos cidadãos “brancos”⁸ no período de transição para independência, um elevado contingente permaneceu no país.

Assim, suponho ter deixado claro que muitos indivíduos de origens outras que não a de matriz africana negra, estão entre esses quadros de pessoas que, de uma forma ou de outra, foram fundamentais para os movimentos de libertação na colônia de povoamento de Moçambique e ao advento de sua independência em 1975. Contudo, é importante definir quem eram os “brancos” que estavam comprometidos com o projeto de um Moçambique independente, de construção de uma identidade nacional e quais podem ter sido os motivos para esta decisão. É possível especular que foram variados os motivos, e ainda assim dizer que nem todos, por que permaneceram no território, eram a favor ou estavam realmente propensos a digerir a nova realidade⁹. Entretanto, a partir de dados recolhidos em campo, afirmo que muitas dessas pessoas, apesar de terem uma ascendência estrangeira, não haviam conhecido outra realidade vivencial, antes da independência, que não a moçambicana.

Logo, muitos dos sujeitos desta pesquisa são descendentes diretos de portugueses, de indianos goeses, chineses, gregos, judeus e, não pouco frequente, de mestiços de cada uma dessas proveniências étnicas com o africano negro, ou mesmo entre si. Esses indivíduos e seus descendentes podem ser chamados de uma minoria, todavia é uma minoria que é computável, visto que grande parte dos mesmos nasceram no território moçambicano e por motivos particulares, se

8 Brancos aqui são todos aqueles não negros que pelo fenótipo se distinguem da maioria da população moçambicana.

9 Uma parcela considerável dos colonos era realmente humilde e mesmo que desejasse sair do país não tinha recursos ou meios para isso.

identificaram com o processo de independência¹⁰. Da mesma forma, a despeito da conceituação anterior, a priori não pretendo etnicizar a situação, visto que a diferenciação das populações em Moçambique está mais relacionada numa definição com base na diferença linguística do que por atributos tidos como étnicos (costumes, cor da pele, etc.).

Com efeito, o fim do império colonial em 1975 significou primeiramente a reformulação político-social do território moçambicano. O processo revolucionário conduzido pelos nacionalistas da FRELIMO¹¹, os quais levaram o país à independência, favoreceu a execução do projeto de nação moçambicana proposto pelo movimento. Portanto, não é possível pensar a tentativa de realização de um projeto de nação assente na moçambicanidade dissociada do projeto político do partido Frelimo que tinha então como objetivo maior reverter o grau de exploração e desigualdade social característico do período colonial. Contudo, como explica Maria Paula Meneses, o projeto nacionalista invocando a igualdade incitou, de forma dramática, a supressão das diferenças que formavam o tecido social do país, concebendo graves contradições, sinónimo de desigualdades com instrumentos de dominação modernos que continuam a ditar sua ação (Meneses, 2011: 130).

Tendo por base a afirmação de Augusto Nascimento de que “dada a sua força política e social, o nacionalismo está entre os itens que mais induzem a misturar as afetividades e as lealdades políticas” (2013: 14), da mesma forma, José Magode (1996) sugere que a questão da identidade nacional no regime pós-colonial em Moçambique está intrinsecamente relacionada com o papel das elites políticas moçambicanas na tentativa de estabelecer uma coesão ideológica, a despeito dos múltiplos grupos sociais (ou “étnicos”) existentes, e através de um discurso de integração nacional. Sugere ainda que, apesar da adoção do pluralismo político em África, nesse caso em Moçambique, a “transição política de regimes autoritários para democracia [...] traduz uma confrontação social à natureza centralizada do Estado pós-colonial” (Magode, 1996: 12).

Michel Cahen (1996), por sua vez, assevera que no nacionalismo moçambicano não houve a vontade de reformulação do Estado (nacionalismo de massa), e sim um nacionalismo alicerçado por meio do Estado, no ideal de determinado agrupamento sociocultural (nacionalismo elitista), o qual se afirma como força política hegemónica criadora da nação, instituindo dessa forma suas características a outros grupos com identidades próprias (Cahen, 1996: 25-26). Por outro lado, como explica Elísio Macamo:

10 A categoria minoria é aqui utilizada unicamente como dado numérico e não como uma categoria sociológica que significa um grupo determinado que sofre processos de exclusão social.

11 Frente de Libertação de Moçambique: movimento formado em 1962 contrário ao regime português no período colonial e que realizou a independência moçambicana em 1975. Tornou-se um projeto político socialista de partido único para o país em 1977, adotando primeiramente uma economia centralizada.

trata-se do problema da normatividade, da confusão entre os sentimentos e anseios do observador e a realidade observada. A própria Frelimo, ao definir Moçambique nos anos após a independência em termos derivados da análise marxista, principalmente influenciada pela análise leninista do imperialismo como fase avançada do capitalismo, enveredou pelo caminho normativo, pois privilegiou a experiência dos nacionalistas, generalizando-a (Macamo, 1998: 36-37).

Ainda segundo Ngoenha, (1998), o caráter universal do projeto político da moçambicanidade e as singularidades dos proto-nacionalismos elucidam a dificuldade constitutiva da identidade moçambicana: tensão salutar e produtiva, se as distinções forem orientadas de maneira a colaborar singularmente ao bem comum da Nação global; tensão prejudicial e arriscada, se os atores sociais forem levados a fechar-se nas suas particularidades (no etnocentrismo) e mesmo a combaterem a diferença (com os ditos “tribalismos”) (Ngoenha, 1998: 24). Entretanto, como destaca Maria Paula Meneses (2013), os silenciamentos, os esquecimentos, os processos políticos e os atores ausentes fazem igualmente parte da constituição de qualquer projeto nacional, ocultando por isso ambiguidades assentes em processos de politização de lutas do passado e do presente. Deste modo, para esta autora,

Porque vários agentes intelectuais têm ocupado lugares de destaque quer a nível de Estado, quer da sociedade civil, aliado ao facto de muitas das associações funcionarem em estreita relação com o poder, a nação moçambicana como projeto político tende a ser vista mais nesta vertente, em que o ‘nacional’ surge fruto de um trabalho ideológico. Porém, o projeto cultural permanece pouco homogéneo e povoado de múltiplas imaginações (Meneses, 2013: 188).

Por outro lado, para além do ponto de vista estritamente político da constituição da identidade moçambicana como projeto de nação na pós-colonialidade, a contribuição das diferentes genealogias culturais, expostas aqui com base no estudo de minorias representativas da variação étnico-cultural em Moçambique, determinadas principalmente pela longa tradição de trocas comerciais e mutações culturais entre África, Europa e principalmente o Índico (Rita-Ferreira, 1982), demonstram que os diferentes backgrounds socioculturais são também determinantes para se pensar a diversidade de eventos e atores que *incldem* sobre a elaboração da identidade moçambicana e, principalmente sobre o espaço-identitário nacional no qual assenta-se a moçambicanidade.

Considerações finais

Os estudos sobre as (re)constituições identitárias nos países saídos de regimes coloniais em África tem vindo a se destacar pelo desafio que colocam a especialistas da área no tocante à sua complexidade científica. No caso moçambicano, tal dificuldade epistemológica é particularmente mais evidente devido às antigas trocas comerciais, migrações internas, entre aquele espaço territorial e os povos do oriente que, anteriormente à chegada dos europeus, estavam (e ainda estão) organicamente conectados pelo oceano Índico. Neste sentido, como demonstra José Capela, até os meados do século XVIII, o comércio na costa desse território era quase todo exclusivo dos baneanes, mujojos e de outros grupos culturais de origem indiana (Capela, 2010: 125).

O advento do colonialismo moderno no século XX e o afluxo exponencial de colonos veio não apenas a somar a diversificada paisagem ecológico-cultural do país, mas, do mesmo modo, buscou forçar ruturas identitárias com o projeto colonial de nação. A consequência desse intuito e as contradições do regime estimularam as lutas nacionalistas que culminou com a proclamação da independência moçambicana de Portugal. Como corolário, ruturas e reconfigurações identitárias estiveram outra vez em marcha e os resultados deste processo após 40 anos estão a ser analisados.

Assim, para concluir, devo ressaltar que um estudo mais sofisticado dos termos que fundamentam a identidade nacional moçambicana ou uma genealogia da moçambicanidade não pode encerrar-se em um único evento tido como fundacional, pois necessita de um trabalho multifocal e multilocal, que não é possível e passível de ser realizado visando a sua justificação com base apenas na análise de quadrantes políticos, características sociolinguísticas e/ou aspetos histórico-culturais em separado e baseados em eventos datados. Pelo contrário, somente o estudo minucioso dessa cadeia de eventos, cosmologias e centrismos, entendidos como um amálgama de processos e premissas de longa duração, pode dar pistas e sugerir ilações que podem aproximar-se de uma definição de moçambicanidade.

Referências bibliográficas

Bhabha, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

Cahen, Michel. "O Estado, etnicidades e a transição política. Unicidade, unidade ou o pluralismo do Estado?" In *Moçambique: etnicidades, nacionalismo e o Estado. Transição inacabada*, edited by José Magode, 18-39. Maputo: Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais, 1996.

Capela, José. *Moçambique pela sua história*. Porto: Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, 2010. Coleção: e-books.

Casimiro, Isabel Maria. "O Movimento Associativo como Foco do Nacionalismo. Movimento Estudantil. NESAM e AAM", Maputo, Departamento de História, Universidade Eduardo Mondlane, 1979.

Cruz e Silva, Teresa. "O nacionalismo em Moçambique e o papel da igreja: o caso das igrejas protestantes no sul de Moçambique." In *Em torno dos Nacionalismos em África*, edited by Augusto Nascimento e Aurélio Rocha, 86-102. Maputo: Alcance Editores, 2013.

Hall, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

Leite, Joana Pereira and Nicole Khouri. *Os ismailis de Moçambique. Vida económica no tempo colonial*. Lisboa: Edições Colibri, 2012.

Lobato, Alexandre. *Lourenço Marques, Xilunguine: biografia de uma cidade*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1970.

Macamo, Elísio. "A influência da religião na formação de identidades sociais no sul de Moçambique." In *Identidade, moçambicanidade, moçambicanização*, edited by Carlos Serra, 35-69. Maputo: Livraria Universitária/UEM, 1998.

Magode, José. *Moçambique: etnicidades, nacionalismo e o Estado*. Transição inacabada. Maputo: Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais, 1996.

Meneses, Maria Paula. "O 'indígena' africano e o colono 'europeu': a construção da diferença por processos legais." *Cadernos dos CES*, 7, (2010): 68-93. Coimbra: Centro de Estudos Sociais.

Meneses, Maria Paula. "Images Outside the Mirror? Mozambique and Portugal in World History." *Human Architecture: Journal of the Sociology of Self-Knowledge* 9, 2011, 121-137.

Meneses, Maria Paula. "Desafios a Moçambique: nação e narrativas pós-coloniais." *Cadernos de Estudos Culturais: Pós-colonialidade* 9 (2013): 183-202.

Mondlane, Eduardo. *Lutar por Moçambique*. Maputo: Centro de Estudos Africanos / Universidade Eduardo Mondlane, 1995.

Moreira, José *et al.* "As primeiras formulações nacionalistas." In *História de Moçambique. Volume I*, Edited by Carlos Serra, 432-456. Maputo: Edição do Departamento de História/UEM, 2000.

Neves, Olga Maria L.S.I. *Em defesa da causa africana. Intervenção do Grémio Africano na sociedade de Lourenço Marques, 1908-1938*. Lisboa: Universidade de Lisboa, Dissertação de Mestrado, 1989.

Neves, Olga Maria L.S.I. *O movimento associativo em Moçambique: tradição e luta (1926-1962)*. Dissertação de doutoramento, 2008.

Ngoenha, Severino E. "Identidade moçambicana: já e ainda não." In *Identidade, moçambicanidade, moçambicanização*, edited by Carlos Serra, 17-34. Maputo: Livraria Universitária/UEM, 1998.

Noa, Francisco. *Império, mito e miopia. Moçambique como invenção literária*. Lisboa: Editorial Caminho S.A, 2002.

Santos, Boaventura de Sousa. *Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. [4.ª Ed.] São Paulo: Cortez, 1997.

Santos, Boaventura de Sousa. *A gramática do tempo. Para uma nova cultura política*. Porto: Edições Afrontamento, 2006.

Serra, Carlos. *Identidade, moçambicanidade, moçambicanização*. Maputo: Livraria Universitária/UEM, 1998.

Serra, Carlos. *Combates pela mentalidade sociológica*. Maputo: Imprensa Universitária/UEM, 2003.

Smith, Anthony D. *A identidade nacional*. Lisboa: Gradiva, 1997.

Rita-Ferreira, António. *Presença Luso-Asiática e mutações culturais no sul de Moçambique (Até c. 1900)*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1982.

Rocha, Aurélio, *Associativismo e nativismo em Moçambique: Contribuição para o estudo das origens do nacionalismo moçambicano*. Maputo: Texto Editores, 2006.